

**ATA DA 294ª DUCENTÉSSIMA NONAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.11.2018**

5 Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta e três minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguazu, realizou-se a Ducentésima Nonagésima Quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Joinville. A Conselheira, Luciane Beatriz Moreira de Camargo, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu a abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes e fez um pedido aos conselheiros que a reunião do CMS não distanciasse da pauta que foi enviada por e-mail aos Conselheiros, porque as últimas reuniões do CMS foi muito cansativa havendo reclamações e pedido de alguns Conselheiros para sair do CMS, em seguida o Secretário da Mesa Diretora, Alan Regis Ramos da Silva, fez a leitura da Pauta do dia e apresentou ao plenário a senhora Neuza Boldt e a senhora Maria Aparecida, pois ambas tradutoras da língua brasileira de sinais (LIBRA) irá fazer a tradução da Assembleia para os convidados surdo que estão participando da mesma: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia-5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva-5'; **1.3** Aprovação da ata do dia 29.10.2018 - 5'; **2 - ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação das Auditorias realizadas no setor de Radioterapia do HSJ-Gerente de Gestão Estratégica/Keli Bett -15m'; **2.2** Joinville como Referência no Tratamento do AVC - Plano de Ação AVC 2018-2025 -1h'; **2.3** Apresentação dos trabalhos premiados na 3ª Mostra de Experiências Exitosas da Secretaria da Saúde e Hospital São José-30m'; **Foi solicitado aos conselheiros a aprovação da pauta do dia e da Ata do dia 29/10/2018 e a maioria dos conselheiros presentes aprovou a Ata e a pauta.** **INFORMES GERAIS:** 1-Solicitação eletrônica Coordenação de Odontologia da Univille, recebida em 17/09/18, participação dos acadêmicos do 1º ano do Curso de Odontologia. **2-Resolução composição das Comissões Permanentes do Conselho CAI-CAE-COFIN-CIST-Capacitação-Ética e Conduta.** **3-Solicitação eletrônica, recebida em 22/11/18, Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região-AASJLLE, solicita pauta na AGO de 26/11/18, para reivindicar por acessibilidade frente as dificuldades e barreiras encontradas pela comunidade surda na Saúde Pública Municipal; o presidente da Associação de apoio aos surdos de Joinville, o senhor Tiago Antônio Fagundes de Oliveira, explanou que a lei 7335/2012 diz sobre acessibilidade no município, todavia os surdos enfrentam muitas dificuldades, diante disso ele pede melhorias no atendimento aos surdos, porque na cidade de Joinville na maioria dos lugares falta informação, interprete e atendimento ao surdos dificultando a vida dos surdos, então precisa mudar a maneira de acolher os surdos, uma central de LIBRAS não gasta muito para funcionar, a maioria dos surdos são dependente de alguém, por exemplo, quando vão ao médico e não encontram acessibilidade isso pode trazer risco, como tem muitos surdos que tomaram remédio errado por falta de comunicação, pois o médico passa o prontuário, mas os surdos não conhecem todas as palavras, isto é, nomes de medicamentos. Há três semanas atrás o senhor Tiago Antônio Fagundes de Oliveira foi com surdo ao hospital Municipal São José e faltou acessibilidade para surdo, então o que se quer é respeito com a comunidade surda e as pessoas que trabalham na saúde aprendam LIBRAS com profissionais capacitados e conhecedores da língua de sinais; o Secretário da Mesa Diretora, Alan Regis Ramos da Silva disse que a comunidade surda em Joinville é composta por mais de vinte uma mil pessoas, o senhor Tiago Antônio Fagundes de Oliveira ressaltou que pode ser até vinte cinco mil e não são só surdos, porque existem sete identidades surdas;**

50 o senhor Fabrício da Rosa, diretor executivo da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São José, falou que referente às questões colocadas pelo presidente da Associação de apoio aos surdos de Joinville, o que cabe é solicitar desculpas e ressaltou que deve focar nas políticas públicas de inclusão, o senhor Fabrício da Rosa se colocou à disposição para conversar com a Associação de apoio aos surdos para que, assim, possa ser verificado como o Hospital São José pode trabalhar na inclusão dos surdos e que possa ser usado o Programa Melhor Acolher já implantados nas Unidades de Saúde para recepcionar esses usuários do SUS de forma adequada; senhor Alan Regis Ramos da Silva salientou que em agosto de 2018 foi iniciado a capacitação de oitenta profissionais, servidores do Hospitais São José, Secretaria de Saúde, PAs 24 Horas e servidores das Unidades Básicas de Saúde, na Casa Brasil Sul em um projeto da Secretaria Municipal de Saúde com a Escola Municipal de Saúde para atender aos surdos; a senhora Keli Bett, Gerente de Gestão Estratégica e Articulação da Rede em Saúde, colocou que a Secretaria da Saúde vem pensando na Rede como um todo, desde do ano 2017 vem se pensando a linha de cuidado de toda Rede, e a linha de cuidado dos deficientes que inclui os deficientes visuais, cadeirantes e auditivos, e como eles acessam todos os serviços e como eles vão caminhar dentro da Rede para ter sua demanda de saúde como todo atendida, então essa linha cuidado dos deficientes deve ficar pronta para o ano 2019; o senhor Fabrício da Rosa complementou dizendo para trazer os representantes dos surdos para conversar antes da publicação da Rede, para que assim ver se eles se sentem contemplados. 4-Retificamos as informações apresentadas na 290ª AGO do dia 30/07/2018, quanto a previsão de saída do senhor Sergio Duprat, onde se lê 20 de março de 2021, leia-se 29 de junho de 2019. Cabe salientar que tal informação é pertinente a vigência da lei 5.290/05, com o advento da lei 8.619/18, a sua permanência poderá até junho de 2021. 5- Agradecimento a Intérprete de Libras Neuza Boldt. 6-Confraternização final de Ano do Conselho Municipal de Saúde dia 10/11/18 às 21hs local: Choperia Gallo's Bier. **INFORMES DELIBERATIVOS: 1-Memorando SEI Nº2662000/2018** – SES.UCC.ACV, recebido em 01/11/18, solicita a aprovação da prorrogação e supressão do Convênio nº072/2015/PMJ entre este Município representado pelo Fundo Municipal de Saúde de Joinville e a 23ª Gerência Regional de Saúde de Joinville; nesse item o senhor Fabrício da Rosa explicou que seria a continuidade do convênio já existente referente às duas servidoras da Secretaria Municipal de Saúde que trabalha na 22ª Gerência Regional de Saúde fazendo o trabalho no processo regulatório, porque elas auxiliam o Estado nesse sistema regulatório, por isso é solicitado ao plenário do CMS a aprovação desse convênio para elas continuarem fazendo este serviço na 22ª Gerência Regional de Saúde em nome da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville. O conselheiro Valmor João Machado questionou se os vencimentos são pagos pelo Município de Joinville ou pelo Estado de Santa Catarina; o senhor Fabrício da Rosa informou que os vencimentos são pagos pelo Município e posteriormente ressarcido pelo estado. Foi colocado o item 1- **Memorando SEI Nº2662000/2018 para aprovação do plenário do CMS e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** 2-Ofício nº2723736/2018-HMSJ.UFFH.ACO, recebido em 14/11/18, Solicitação de Minuta de Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$1.000.000,00(um milhão de reais), no orçamento vigente do Hospital Municipal São José-HMSJ para análise e apreciação. 3-Ofício nº2747481/2018-SES.UAF.ACO, recebido em 19/11/18, Solicitação de Minuta de Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$548.854,12(quinhetos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde-FMS para análise e apreciação. 4-Ofício 2720583/2018-SES-UAF-ACO, recebido

100 em 19/11/18, Solicitação de Minuta de Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional
Suplementar, no valor R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), no orçamento
vigente do Fundo Municipal de Saúde-FMS para análise apreciação. O senhor Fabrício da
Rosa explicou que referente ao valor de R\$548.854,12(quinzentos e quarenta e oito mil
oitocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos) seria para finalizar o último mês do
105 ano do convênio com a instituição Bethesda, então é preciso desse valor adicionado na
despeça para poder executar este convênio com Bethesda, e por isso foi solicitado a
aprovação dessa suplementação; o senhor Fabrício da Rosa explicou ainda que o valor
de R\$1.000.000,00(um milhão de reais) seria para poder aumentar as despeças no
Hospital Municipal São José (HMSJ) para garantir aos pacientes nesse final do ano a
110 continuidade do fornecimento de insumos e medicamentos; o senhor Fabrício da Rosa
explicou também que o valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) seria para
executar o pagamento de um mês e meio de folha de pagamento dos servidores da
Secretaria Municipal de Saúde, esse orçamento está vindo de outra secretaria do
Município, é recurso de imposto e será usado para finalizar o último pagamento do mês
115 de dezembro e uma parcela do décimo terceiro, tanto da folha de pagamento como a
parte patronal dos servidores. O conselheiro Alan Regis Ramos da Silva fez uma errata
dizendo que no **Oficionº2723736/2018-HMSJ.UFFH.ACO** onde foi lido Hospital Infantil
leia-se Hospital Municipal São José; o conselheiro Valmor João Machado perguntou se
esse decreto de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) é mesmo que foi destinado na
120 Assembleia anterior cujo número é 32948 referente à um milhão de reais, ele perguntou,
ainda, em relação aos quarenta milhões de reais, esse dinheiro para pagar a folha de
pagamento já se encontra no Plano Municipal de Saúde, então houve um acréscimo para
estar pedindo, hoje, quarenta milhões de reais para complementar a folha de pagamento;
senhor Orlando Jacob Schneider disse que em uma Assembleia foi colocado como
125 deliberativo e em outra Assembleia é que colocado como informes gerais, pois quando é
informe gerais não precisa de aprovação, ele sugeriu que os quarenta milhões de reais
para pagar a folha de pagamento e décimo terceiro deve ser encaminhado para Comissão
de Orçamento e Financias (CONFIN) para ser analisado, e que o senhor Fabrício da Rosa
explique aquele um milhão do mês passado não precisou de aprovação, porque em um
130 mês tem que aprovar e no outro mês não há necessidade de aprovação; o senhor Antônio
Coelho colocou que a sua dúvida é que o dinheiro está saindo de uma Secretaria e indo
para outra Secretaria e ele acha melhor ser encaminhado para Comissão de Assuntos
Externos (CAI); o senhor Fabrício da Rosa explicou que esse um milhão não é o mesmo
do mês anterior, porque são solicitações e aprovações diferentes, o motivo que na época
135 não foi feito aprovado e sim colocado com informe deliberativo, foi porque não houve uma
alteração de despeças e nem houve alteração de função/programa, só um rubrica que em
vez de ser convênio era prestação de serviço; referente aos quarenta milhões de reais,
teve aumento da folha na contratação de mais profissionais, pagamento de mais
gratificações e aumento sindical, tudo isso quando a Lei orçamentaria Anual (LOA) foi
140 aprovada, não foi previsto quantidade de demanda que teve, como exemplo, duas
Unidades novas foram incorporadas neste ano, a do Vila Nova e do Aventureiro e com
isso foram contratados mais profissionais, o Pronto Atendimento (PA) Sul foi aberto neste
ano e teve que contratar mais profissionais, então tudo isso altera a questão
orçamentaria, além de no ano 2018 teve equipes novas da saúde da família cadastradas e
cada profissional da equipe tem uma gratificação a parte, então houve essas alterações e
145 por isso que está sendo solicitado a inclusão na despesas da saúde, despesas que estão
saindo de outras secretarias do município, o senhor Fabrício da Rosa salientou que se for
encaminhado para Comissão Assuntos Internos (CAI) - a conselheira e Vice-presidente

do CMS, Ana Maria Vavassori, corrigiu-o dizendo que o encaminhamento será para
Comissão de Orçamento e Finanças(COFIN) do CMS - quando que será analisado e
150 quando será feito uma Assembleia Extraordinária para estar aprovando, porque se for por
transparência e explicação a equipe técnica da secretaria está disponível para sanar as
dúvidas; a senhora Ana Maria Vavassori disse que não foi criado um Pronto Atendimento
novo, somente foi reformado e os funcionários já estavam fazendo parte do grupo, que
deve ser encaminhado para CONFIN para a mesma analisar e esclarecer, porque assim o
155 plenário possa ter entendimento e para poder aprovar com mais clareza, caso seja
preciso, poderá ser marcada uma Assembleia Extraordinária; o senhor Fabrício da Rosa
ressaltou que se puder fazer uma reunião da COFIN está semana e uma Extraordinária
na próxima semana para aprovar, seria bom para garantir o pagamento da folha dos
profissionais e se possível fazer uma análise separada dos quarenta milhões; a
160 conselheira Francisca do Nascimento falou que a contagem do votos nas votações do
CMS tem que ser uma contagem de quantos votos contra, quantos a favor e quantos que
se abstiveram, pois isso não foi feito, ela ainda questionou se não é feito uma previsão de
orçamento para saúde no ano seguinte, além disso o Pronto Atendimento Sul estava em
reforma há muito tempo e não se fez um planejamento de quanto precisava gastar com a
165 obra e funcionários; a secretária-executiva do CMS, Eliana Garcia dos Santos paterno,
explanou que está sendo contado os votos dos conselheiros e quórum é verificado antes
de começar a Assembleia pela lista de presença que os Conselheiros assinam no início; a
senhora Angelita Ullrich Lankewicz questionou qual dos três valores mencionados é para
pagamento de salários dos servidores e por que esses valores foi apresentado ao
170 Conselho agora e não em meses anteriores; a senhora Ana Flávia Bittencourt Augusto,
Coordenadora da Área Orçamentária, explicou que os quarentas milhões está sendo
solicitado para pagamento da folha de pagamentos da Secretaria da Saúde, não foi
solicitado antes porque esse valor é de fonte de recurso da própria da Prefeitura e
precisava de uma análise da mesma para o recurso ser tirado de outra Secretaria e
175 disponibilizado a Secretaria da Saúde; o senhor Alan Regis Ramos da Silva perguntou
onde será alocado o valor de quarenta milhões que será usado para suplementação da
folha de pagamento, isto é, qual valor será destinado para as Unidades novas, PA 24 e
Hospital São José; senhor Fabrício da Rosa respondeu como orçamento não estar
separado por unidade orçamentária, então não é um orçamento específico para Unidades
180 Básicas de Saúde ou para PAs, por isso esse valor específico é para todos os
funcionários da Secretaria de Saúde; a conselheira Luciana Maria Mazon colocou que
quando é apresentado o orçamento da Secretaria de Saúde, não está vindo dividido a
questão da folha de pagamento da Atenção Básica Primária em Saúde; o senhor Antônio
Coelho sugeriu aprovar o valor de um milhão de reais hoje, e enviar para COFIN analisar
185 os quarenta milhões, os quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro
reais e doze centavos e mesmo aprovando o valor de um milhão de reais que o mesmo
seja enviado a COFIN também; a conselheira Enilda Mariano Stolf disse que como um
milhão de reais é um valor menor e se refere a compra de medicamentos que está em
falta no Hospital Municipal São José o CMS aprova hoje, entretanto os quarenta milhões
tem que ter uma explicação melhor; a senhora Edirges F. Ferreira questionou se já existe
190 um planejamento de valores para pagamento da folha e décimo terceiro, por que foi
solicitado mais quarenta milhões, ela sugeriu, ainda, que seja aprovado os quinhentos e
quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos para Hospital
Bethesda e um milhão de reais para Hospital São José, mas os quarenta milhões tem que
195 ser melhor analisado; **foi colocado para aprovação a Solicitação de Minuta de Projeto
de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$1.000.000,00 (um**

200 **milhão de reais) no orçamento vigente do Hospital Municipal São José-HMSJ e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** Em seguida foi colocado em votação a Solicitação de Minuta do Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$548.854,12 (quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos) **e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** Foi colocado em votação a Solicitação de Minuta de Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$ 40.000.000,00(quarenta milhões de reais) **e a maioria dos**

205 **conselheiros presentes não aprovou.** Em seguida foi colocado em votação para encaminhar a Solicitação de Minuta de Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor R\$ 40.000.000,00(quarenta milhões de reais) para a COFIN analisar e **a maioria dos conselheiros presentes aprovou o encaminhamento para CONFIN analisar.** 5-Ofício014/2018-SMS-GAB-GGE-Planejamento recebido em 31/10/18, Solicitação de alteração na fórmula de cálculo de Indicador; esse item foi

210 explicado pela coordenadora do Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Saúde, Ana Paula Pinheiro, explicou que solicita uma alteração na forma de cálculo de um dos indicadores do HMSJ que trata do tempo de permanência dos pacientes no Pronto Socorro, visando a qualificar a coleta de dados; o conselheiro Alan Regis Ramos da Silva colocou que o Ministério da Saúde preconiza que a permanência do paciente

215 dentro da Unidade do Pronto Socorro seja de doze horas, depois de doze horas o paciente tem que ser levado para um leito, ele pergunta se terá que esperar até 2021 para ter essa resolução de tempo de permanência, e a questão do cálculo toma como base os pacientes que entram na classificação de risco ou somente os pacientes que foram classificados e atendidos ou os classificados e enviado para outras Unidades; a senhora

220 Ana Paula Pinheiro respondeu que é contato todos os pacientes internados no dia pelo total de pacientes que receberam alta, que poderá ser por transferência externa, alta médica ou óbito, ela respondeu que tem como base os dados do Plano Municipal de Saúde que começou ser construindo em março de 2016, desde então já existe melhora na eficiência da gestão hospitalar e com isso foi otimizado bastante o tempo de resposta da internação de paciente em leitos; **foi colocado em votação a solicitação de**

225 **alteração na fórmula de cálculo de Indicador e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** 6-Comissão Organizadora da 13ª-Conferência Municipal de Saúde, etapa Municipal da 16ª Conferência Nacional; a Conselheira Luciane Beatriz Moreira de Camargo explicou que já foi feita e publicada uma resolução no site da

230 Prefeitura com os nomes das pessoas que se colocaram para fazer parte da Comissão Organizadora da 13ª Conferência que será realizada até o dia quinze de abril 2019, ela ressaltou que se alguém quiser participar da dessa Comissão se faz necessário que a entidade da qual a pessoa participa encaminhar um ofício no e-mail para CMS indicando essa pessoa para participar da Comissão; a Secretária-Executiva do CMS, Eliana Garcia dos Santos Paterno, disse que foi levado a Mesa Diretora do CMS se seria feito a

235 resolução antes ou depois da Assembleia de hoje e a Mesa Diretora solicitou que seria feita a resolução antes da Assembleia, caso alguém se dispusesse a participar da Comissão seria feita uma recomposição da mesma, ela, ainda, salientou que a senhora Cleia Aparecida Clemente explicou na capacitação do Conselho Estadual de Saúde do

240 Estado de Santa Catarina, no qual a Secretaria-Executiva do CMS participou, que era para abrir a todos que quisesse participar da Comissão organizadora 13ª Conferência como Faculdades, entidades, Conselhos, usuários; o conselheiro Valmor João Machado questionou quais critérios são usados entre Mesa Diretora e Secretaria-Executiva do CMS para convidar pessoas a fazer parte da Comissão Organizadora 13ª Conferência, porque

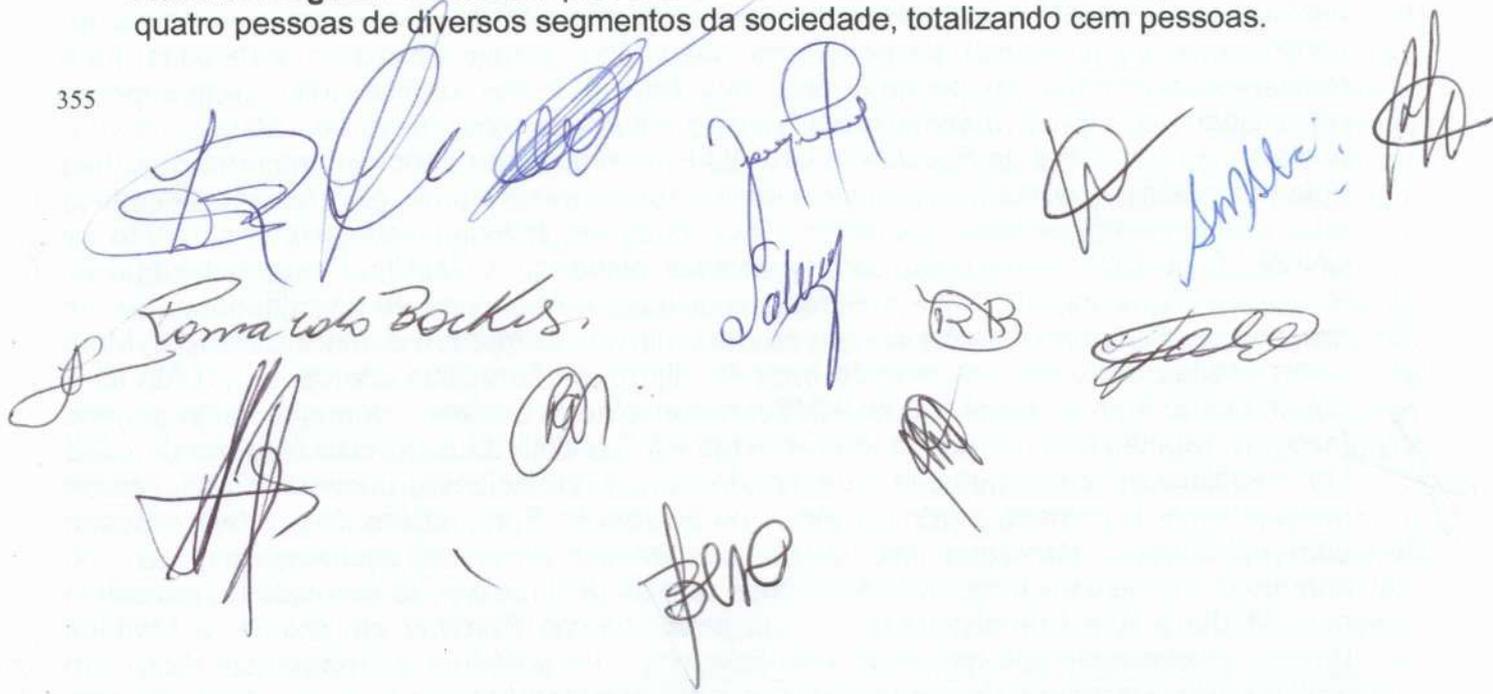
245 teve entidades que receberam ofício da Secretaria-Executiva do CMS convidando para

participa da Comissão e teve outras entidades que não receberam esse ofício, ele sugeriu que seja revogado o decreto do Prefeito com os nomes indicados para fazer parte da Comissão Organizadora da Conferência, porque tem que ser aprovado pelo plenário do CMS primeiro; a senhora Eliana Garcia dos Santos Paterno explicou que não foi publicado decreto do Prefeito e sim uma Resolução do CMS, ela salientou que a participação na Conferência é aberta para todos participarem; o senhor Tiago Antônio Fagundes de Oliveira disse que tem interesse em participar da Comissão organizadora da Conferência, ele foi na última Conferência e faltou acessibilidade para surdos e cegos, sugeriu que tenha vídeo em LIBRAS quando for divulgar a Conferência; a senhora Susana Staats perguntou quais foram os critérios utilizados para definir as vinte e uma entidades que faz parte da Comissão Organizadora da Conferência; a senhora Angelita Ullrich Lankewicz disse que a Comissão Organizadora da 13ª Conferência tem que ser paritária e dar acesso a todos os munícipe a participar de acordo com lei federal; o senhor Lucas Felipe colocou que a resolução publicada com os membros da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal foi feita para dar celeridade ao processo da Conferência, porque tem entre janeiro 2019 a abril 2019 para preparar a Conferência, e não se tem conhecimento que o Prefeito emitiu um decreto chamando a Conferência, a Mesa Diretora e a Secretaria-Executiva do CMS está fazendo de forma que seja aberta, tanto que qualquer pessoa que queria participar tendo uma entidade representativa, basta encaminhar o ofício até quarta-feira desta semana para CMS e será feita a recomposição da Comissão Organizadora da Conferência; a senhora Angelita Ullrich Lankewicz completou sua fala dizendo que a lei citada por ela anteriormente é a 8142 no artigo primeiro, que trata do Conselho e da Conferência; o senhor Eraldo José Hostin Júnior questionou por que tem pessoa participando da Comissão Organizadora da 13ª Conferência que não fazem parte no momento do Conselho Local de Saúde dela; o senhor Alan Regis Ramos da Silva explicou que a participação na Comissão organizadora da Conferência é livre para todos os membros da comunidade. **7-Assembleia extraordinária dia 11/02/2019 (segunda-feira) para realizar o Fórum de Odontologia; esse item foi colocado em votação e a maioria dos Conselheiros presentes aprovou.** Em seguida a Presidente do CMS colocou em votação a convocação de uma **Assembleia Extraordinária para segunda-feira dia três de dezembro de dois mil e dezoito e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** **8-Ofício nº01-2018-NAVILLE**, recebido em 22/11/2018, indicando a Senhora Edineia Solange Coral como representante Suplente em substituição a senhora Lucia Fatima de Castro Avila. **9-Ofício nº020-2018 Associação Brasil AVC**, recebido em 26.11.2018, indicando a Senhora Ana Paula de Oliveira Pires como representante Suplente em substituição a senhora Carla Cabral Moro. **10-Convocação à Secretaria Municipal da Saúde para apresentar bimestralmente nas Assembleias Ordinárias do CMS, sobre os focos da Dengue no município de Joinville; a senhora Marlene Bonow oliveira, gerente da Atenção Primária em Saúde, explicou que quando se pensou em trazer as informações sobre os focos de dengue para CMS foi no intuito de capilarizar essas informações e para as ações acontecerem localmente, então o processo de trazer as informações para CMS não repercutiu da forma que era esperado, nesse caso pode ser feito uma comunicação mensal com cada Conselho Local de Saúde e entidades através e-mails e outros meios de comunicações, como exemplo, foi lançado um folheto sobre o focos de dengue que já está circulando no WhatsApp; foi colocado em votação que Secretaria Municipal da Saúde apresentasse bimestralmente os focos da Dengue no município de Joinville nas Assembleias Ordinárias do CMS e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** A Presidente do CMS solicitou ao plenário a prorrogação de trinta minutos da Assembleia **e a maioria dos conselheiros**

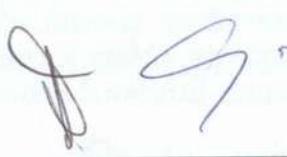
295 **presentes aprovou.** A Presidente do CMS colocou em votação que os **itens 2.1 e 2.3 da**
Ordem do Dia fosse apresentado na Assembleia Geral Extraordinária do dia três de
dezembro de dois mil e dezoito **e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.** A
doutora Carla H.C Moro fez a apresentação do item **2.2** Joinville como Referência no
Tratamento do AVC - Plano de Ação AVC 2018-2025 conforme anexo I; senhora Vanessa
300 dos Santos, enfermeira residente no Hospital Municipal São José (HMSJ), colocou que no
momento o quadro funcional do HMSJ tem um déficit muito grande e com isso os
residentes acabam suprindo a necessidade da Unidade de AVC e da Neurologia do
HMSJ, porque os residentes divide o atendimento aos pacientes com os funcionários
concursados do HMSJ, além disso os residentes desenvolvem pesquisas para HMSJ e as
305 deixam como benefício para Hospital, ela pede o apoio do CMS para que possa ter
continuidade ao processo de residência no HMSJ, porque caso não abra edital para
residência no HMSJ no próximo ano, não haverá esses profissionais para suprir a
necessidade do HMSJ; o conselheiro Luciano Henrique Pinto disse que deve-se ouvir o
posicionamento oficial da Faculdade UNIVILLE para que, assim possa entender o porquê
310 dela não assinar a documentação para levar a residência a diante, ele propôs que se faça
uma reunião para esclarecer e olhar o que pode ser feito, ele como representante da
UNIVILLE no CMS se colocou para levar essa demanda a UNIVILLE e solicitar que os
responsáveis da instituição se manifeste e coloquem quais são as dificuldades a serem
apresentadas, e que se possa chegar ao denominador comum; a doutora Carla H.C Moro
315 disse que leu a ata de uma reunião onde foi dito que não existia interesse da UNIVILLE
em continuar com a residência no HMSJ; o conselheiro Luciano Henrique Pinto sugeriu
fazer um reunião com as partes interessadas HMSJ, UNIVILLE e Mesa Diretora do CMS
para esclarecer essa questão dos residentes; a conselheira Luciana Maria Mazon
ressaltou que o primeiro ponto da rede que é Atenção Primária em Saúde tem de estar
320 bem estruturado, para que isso aconteça deve ser destinado recursos para ela, no
entanto o que se vê é uma inversão porque tem-se destinado mais recursos do município
para Média e Alta Complexidade do que para Atenção Primária em Saúde; a Marlene
Bonow oliveira salientou que teve um oficina da rede urgência e emergência da macro
região norte e nordeste de Santa Catarina e a Secretaria Municipal de Saúde junto com
325 municípios da região e macro região está procurando ter cuidado com a questão do
Acidente Vascular Cerebral, ela disse que além da estruturas que se faz-se necessário
para linha de cuidados, também faz-se necessários que as pessoas estejam prontas
para fazer essa linha de cuidados, pois nenhum cuidado existe se não houver os
profissionais da área para fazer a atenção adequada no tempo adequado, é preciso além
330 do HMSJ que toda a rede esteja pronta para que alcança êxito na redução do AVC; a
conselheira Neide Luzia Poffo disse para Mesa Diretora do CMS encaminhar alguém do
CMS para acompanhar a reunião entre o HMSJ e a UNIVILLE sobre residência no HMSJ;
a conselheira Rosilda Verissimo Silva pediu que o CMS fosse a essa reunião com Moção
de apoio para manutenção ao programa de residência no HMSJ; a presidente do CMS
335 solicitou a verificação do quórum, o qual foi estava com vinte e um conselheiro. **A**
presidente do CMS colocou em votação uma Moção de Recomendação o novo
edital para residência do HMSJ e a maioria dos conselheiros presentes aprovou.
Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville,
Luciane Beatriz Moreira de Camargo, deu por encerrada a Ducentésima Nonagésima
340 Quarta (294ª) Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte e
uma horas e vinte minutos, da qual eu, Alexandre Duarte, lavrei a presente ata que vai por
todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Romaldo Backes, Alan Regis**
Ramos da Silva, Neide Luzia Poffo, Kristiane de Castro Dias Duque, Luciana Maria

345 mazon, Marilei Ferreira, Silva Natalia T. Rodrigues, Camila Silva Pena, Luciano
Henrique Pinto, Louise Cristina da Silva Mahl, Luciane B. Moreira de Camargo,
Jaqueline Schreiner, Eliana Maria K.Quitino, Rosilda Verissimo Silva, Enilda
350 Mariano Stolf, Doraci Rodrigues dos Santos Varela, Jonny Cesar Souza, Valmor
João Machado, Rita Paloma Aizic Soares, Tânia Maria Crescêncio, Ana Maria
Vavassori, Lidice Margot Vieira, Rozilene Ap. Amaral Ramos, Bruna Zimmermann,
Luciane A. Dorneles Grams, Sérgio Duprat Carmo, Orandí Garcia Bueno, Maurício
Lutz, Aldori Luís, Carmen Dolfovo Kohler, Silvia Moreira da Silva, Neila Pereira da
Silva, Francisca do Nascimento Schardeng, José Griggio Soares, Isaías de Pinho,
Adelina Dognini. Estiveram presentes trinta seis conselheiros Municipais e sessenta e
quatro pessoas de diversos segmentos da sociedade, totalizando cem pessoas.

355



Handwritten signatures in blue and black ink, including the name "Tomato Boekis" written in blue ink.



Handwritten initials in black ink.



Linha do Cuidado ao AVC no Município de Joinville

Dra. Carla H C Moro

Neurologista

Presidente do Conselho Fiscal e Curador da ABAVC

A Linha do Cuidado ao AVC veio de encontro com
uma necessidade de mantermos um

continuum assistencial

ao atendimento da patologia com ações de
promoção à saúde, prevenção, tratamento e
reabilitação.

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Joinville como referência no TRATAMENTO DO AVC



Dr. Pedro Magalhães
Neurologista

25/06 18h30

Local:
Plenarinho da Câmara
de Vereadores de Joinville
Reunião Ordinária do
Conselho Municipal de Saúde



www.abavc.org.br

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Apresentação:

1. Linha do Cuidado - definição, premissas, estruturação e funcionamento
2. Linha do Cuidado ao AVC – Jlle- SC

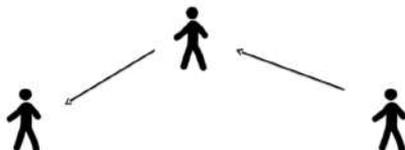
Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

O Que é a Linha do Cuidado?

São Estratégias de estabelecimento de

percursos assistenciais

O itinerário que o usuário faz dentro da uma rede
organizada de saúde



Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

As Linhas do Cuidado definem:

1. as ações e serviços a serem desenvolvidos nos diferentes pontos de atenção de uma rede
2. os fluxos assistenciais que devem ser garantidos ao usuário

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



As Linhas do Cuidado são um instrumento de trabalho para :

1. **Gestão:** orientando os gestores no planejamento, programação e avaliação do serviço oferecido
2. **Assistência:** roteiro para orientar o profissional de saúde sobre os procedimentos e respectivos pontos de atenção envolvidos no processo assistencial

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Quais são as premissas da Linha do Cuidado:

1. identificação da APS como elemento estrutural do sistema
2. Estratificação de risco
3. Equipes multiprofissionais com atuação interdisciplinar
4. Garantia de referência / contrareferência qualificada entre os diferentes setores

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Premissas para uma Linha do Cuidado funcionar:

1. garantir fluxo com funcionamento harmônico entre os diversos serviços
2. assegurar o acesso ao usuário
3. objetividade (atendimento com início e fim)



Como estruturar a Linha do Cuidado?

Instituindo um Grupo de
Trabalho (GT)

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Como estruturar a Linha do Cuidado?

GT - atuação

1. mapear na rede os serviços de saúde que devem estar envolvidos
2. discussão da linha entre gestores
3. realizar as pactuações
4. definir os fluxos do cuidado

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Como estruturar a Linha do Cuidado?

GT

IMPORTANTE

**Trabalhar para desobstruir
entraves burocráticos**

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Como estruturar a Linha do Cuidado?

GT

IMPORTANTE

**Os fluxos do cuidado integral à saúde
devem ser ininterruptos**

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Como manter o funcionamento da Linha do Cuidado que foi instituída ?

1. gestores garantindo que os caminhos de acesso aos serviços permaneçam desobstruídos
2. deve ser vista como um processo à médio prazo na medida que envolve mudanças estruturais, de comportamento e atitude dos profissionais envolvidos

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Estruturação da Linha do Cuidado ao AVC no município de Joinville - SC

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

Envolvendo:

1. Atenção primária
2. Pré – hospitalar / SAMU
3. UPAs (cuidar para não dificultar acesso tto)
4. HSJ (Centro Referência III)
5. Hospital Bethesda (Retaquarda / Longa permanência)
6. EMAD (Equipe Interdisc. de Atenção Domiciliar)
7. Serviço de reabilitação
8. Serviço de reintegração social
9. Regulação
10. Rede ambulatorial
11. Assistência Farm / Lab

GT

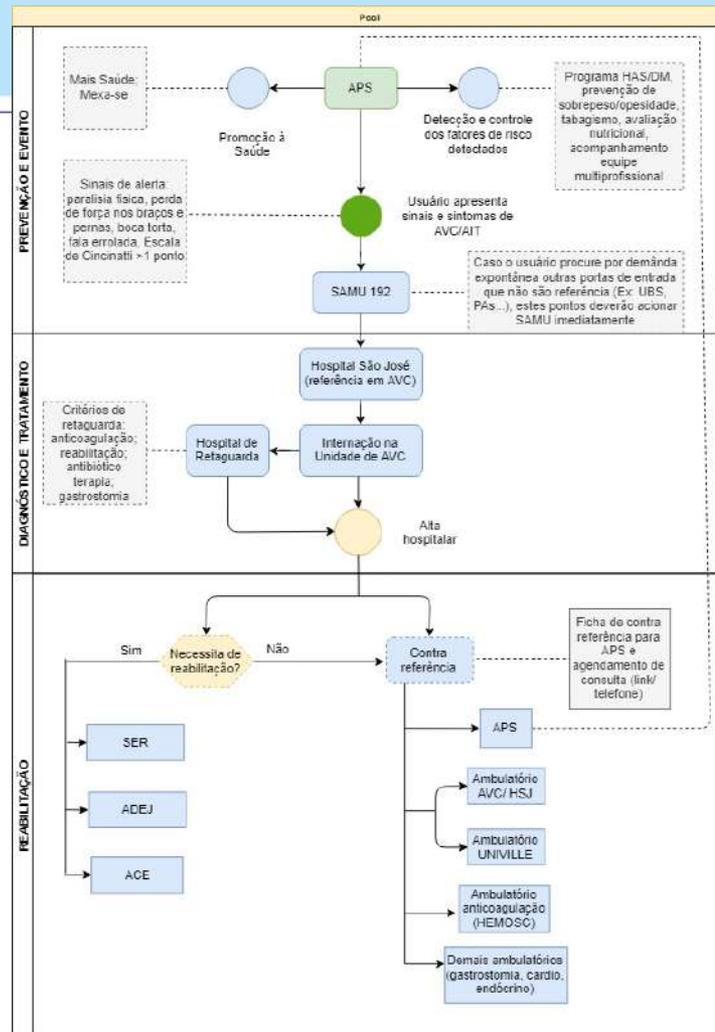


Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

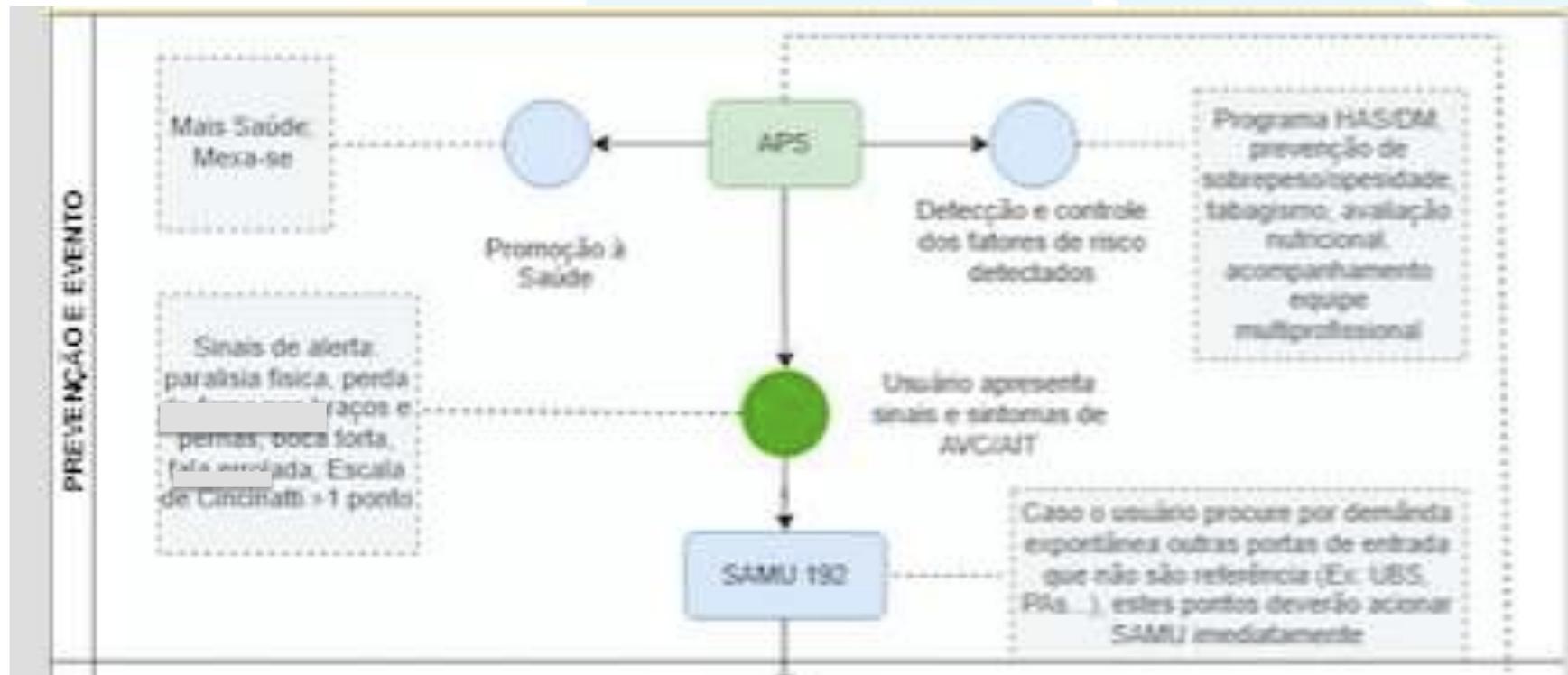
1. reuniões quinzenais
2. paula estabelecida
3. participação de representante de cada ponto de atenção
4. discutir e pactuar ações e a oferta de serviços

GT

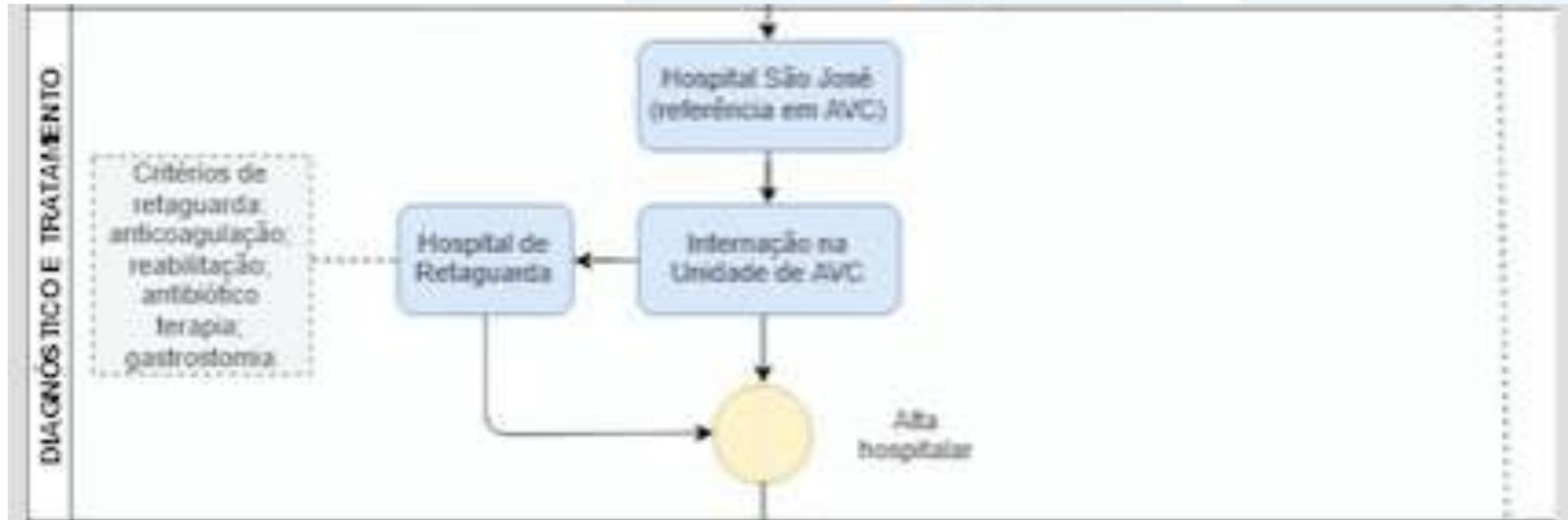
GARANTIR O PERCURSO ASSISTENCIAL



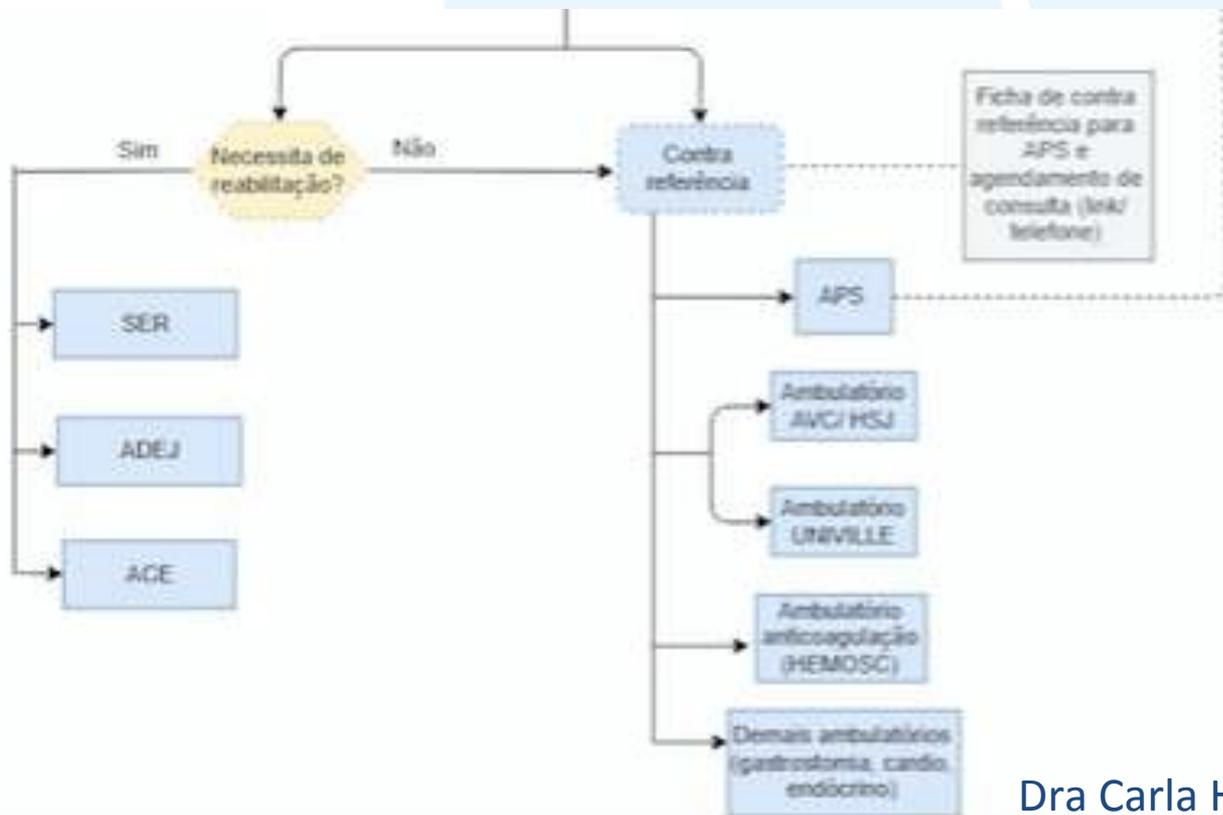
Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

Foram definidas como prioridades:

GT

1. Contrarreferência à Atenção Primária à Saúde (APS)
2. Acesso à programa de reabilitação prioritário
3. Retaguarda à Unidade de AVC do HSJ

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

Demais temas discutidos:

GT

1. Papel das UPAs
2. Notificação compulsória
3. Atenção farmacêutica
4. Acesso ambulatorio de anticoagulação

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Contrarreferência à Atenção Primária à Saúde (APS)

GT

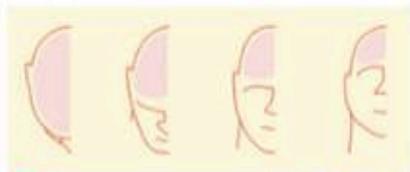
1. continuidade e garantia à prevenção secundária instituída na Unidade de AVC – aderência
2. reduzir e monitorar a recorrência do AVC e desfechos CV
3. monitorar acesso à reabilitação e incapacidade

BUSCA ATIVA

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Hospital Municipal São José



U-AVC

Ficha de contrarreferência para APS
(Atenção Primária à Saúde)

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Acesso prioritário à programa de reabilitação

GT

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

O início do tratamento de reabilitação, dentro dos primeiros 30 dias após o AVC, está associado a maiores ganhos na independência.

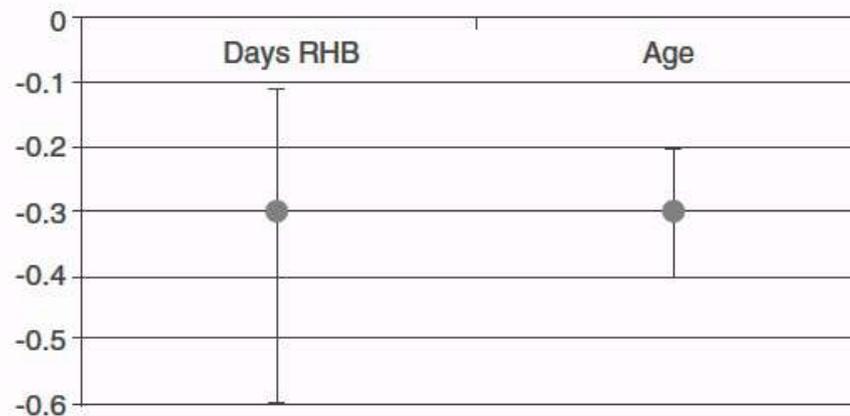
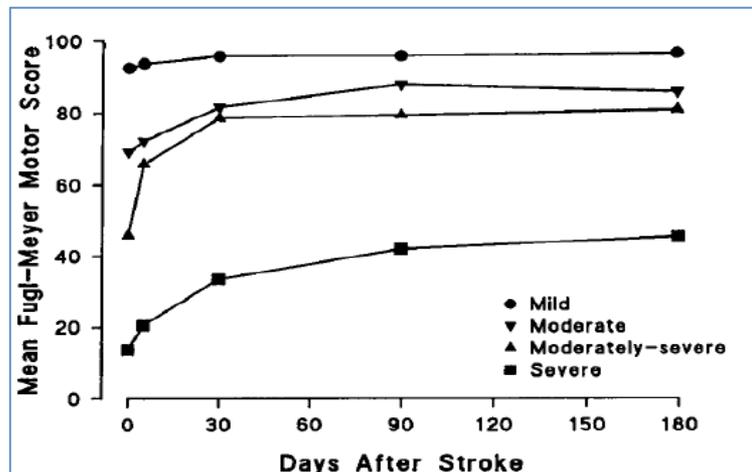


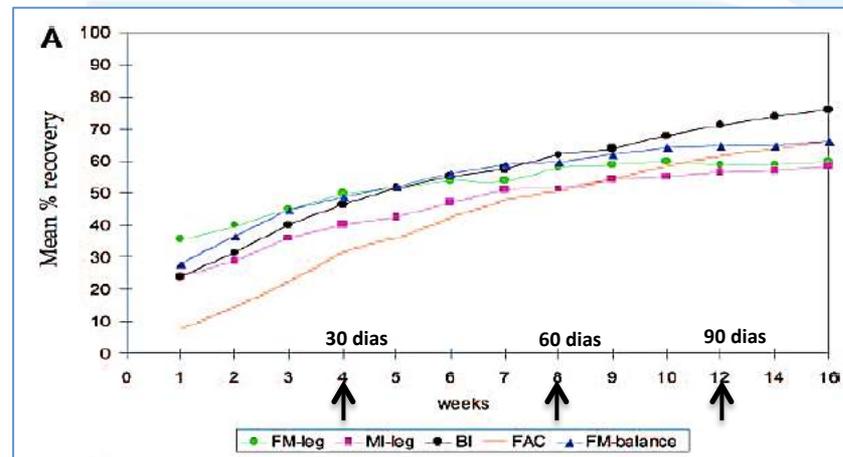
Figure 1 Loss of FIM (lack of gain in FIM score) per day of delaying neurorehabilitation treatment and per each additional year of life.

(MURIE FERNANDEZ, et al. 2011)

A recuperação motora do MS e MI, atinge um platô de recuperação entre 30 e 90 dias pós-AVC.



(DUNCAN, et al. 1992)



(KWAKEEL, et al. 2006)

(Duncan, et. 1992; Paolucci, et al. 2000; Kwakeel, et al. 2006; Pollock, et al. 2014)



NECESSIDADE DE ACESSO IMEDIATO E ININTERRUPTO À REABILITAÇÃO

Pesquisa Nacional de Saúde IBGE, 2013

No Brasil 2.310.000 pessoas com AVC, destas
568.000 apresentaram incapacidade grave (24%)

Faz fisioterapia por causa do AVC	Sim – 17,94% Não – 82,06%
Faz outro tipo de reabilitação por causa do AVC	Sim – 8,06% Não – 91,84%

Bensensor, 2013

DADOS JOINVASC

2015

Total de eventos: 857 pacientes

25% com incapacidade moderada a severa

Necessitando de reabilitação pós-AVC: 214 pacientes

2016

Total de eventos: 868 pacientes

217 pacientes incapacidade moderada a severa

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Demanda de Reabilitação pós-AVC em Joinville - SC

Demanda: mínimo de 200 pacientes anuais (destes 120 novos)
Oferta de atendimento de “*reabilitação*”
ADEJ; SER ; ACE

Dosagem diária: caso realizem quatro terapias
duas vezes por semana, recebem 45- 50 minutos
diários de reabilitação;

Recomendação: 3 horas

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Acesso prioritário à programa de reabilitação

GT

Com base nestes dados passou-se à discutir como garantir o acesso amplo e imediato aos pacientes egressos da Unidade de AVC do HSJ.

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Acesso prioritário à programa de reabilitação

SER
ADEJ
ACE

GT

- 1.determinar as competências de cada serviço
- 2.capacidade de estrutura física instalada
3. recursos humanos
- 4.pactuações

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



U-AVC

Ficha de encaminhamento ao SER

NOME:		ETIQUETA:	
DATA DE NASCIMENTO:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:			
TELEFONE:			
DATA ICTUS: / /		DATA INTERNAÇÃO: / /	
DATA ALTA: / /			
DIAGNÓSTICO:		CLASSIFICAÇÃO ETIOLÓGICA	
AIT	<input type="checkbox"/>	ATEROTROMBÓTICO	<input type="checkbox"/>
		CARDIOEMBÓLICO	<input type="checkbox"/>
		LACUNAR	<input type="checkbox"/>
AVC- I	<input type="checkbox"/>	INVEST. NEGATIVA	<input type="checkbox"/>
		INVEST. INCOMPLETA	<input type="checkbox"/>
		DUAS OU MAIS ETIOLOGIAS	<input type="checkbox"/>
		Descrever:	
AVC-H	<input type="checkbox"/>		
FATORES DE RISCO:			
HIPERTENSÃO ARTERIAL		<input type="checkbox"/>	
DIABETE		<input type="checkbox"/>	
DISLIPIDEMIA		<input type="checkbox"/>	
TABAGISMO		<input type="checkbox"/>	
ETILISMO		<input type="checkbox"/>	
AIT/AVC PRÉVIO		<input type="checkbox"/>	
FONTE CARDIOEMBÓLICA		<input type="checkbox"/>	
OBESIDADE		<input type="checkbox"/>	
OUTROS		<input type="checkbox"/>	
Descrever:			
COMENTÁRIO: (deixar um espaço para descrição de observações, plano terapêutico, orientações)			
Critérios de Inclusão	ASSINALE X	Critérios de Inclusão	ASSINALE X
Menos de 2 meses da lesão mais recente	<input type="checkbox"/>	Comorbidade clinicamente descompensada	<input type="checkbox"/>
Idade ≤ 60 anos	<input type="checkbox"/>	Escala de Rankin modificada de 4 ou 5	<input type="checkbox"/>
Índice de Barthel modificado < 80 ou disfagia ou afasia	<input type="checkbox"/>	Outras deficiências prévias como: déficit visual significativo, demência	<input type="checkbox"/>
Cuidador responsável	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
Condição de transporte e assiduidade	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
DATA:		RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO:	

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Retaguarda à Unidade de AVC do HSJ

GT

Prioridade nos leitos para retaguarda no Hospital Bethesda, pois é necessária a disponibilização dos leitos da U AVC do HSJ para os pacientes de fase aguda e subaguda imediata

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Retaguarda à Unidade de AVC do HSJ

Critérios para leito de retaguarda:

1. clinicamente estável
2. investigação etiológica realizada
3. prevenção secundária instituída
4. ajuste de anticoagulação
5. completar antibióticoterapia
6. promover reabilitação intensiva (diária)
7. necessidade de gastrostomia endoscópica

GT

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

Demais temas discutidos:

GT

1. Papel das UPAs
2. Notificação compulsória
3. Atenção farmacêutica
4. Acesso ambulatorio de anticoagulação

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista

Coord. NARAS – Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde

GT

agradecimento

Dra Carla Heloisa Cabral Moro
Neurologista



Programa de Residência Multiprofissional Bolsa MEC – HSJ / Univille

Fisioterapeuta

Psicólogo

Nutricionista

Farmacêutico

Enfermeiro

Programa de Residência Multiprofissional

1. Check list de alta hospitalar
2. Rastreamento Neuropsicológico
3. Revisões da literatura e apresentação durante as reuniões científicas
4. Protocolo de Cuidados Paliativos



Demandas:

AngioCT

Equipe – Fisio, Fono.....

DTC

